

CÓPIA CERTIFICADA

Tiago Antunes, Solicitador, titular da Cédula Profissional número 8812, emitida pela OSAE, com domicílio profissional na Avenida Infante D. Henrique, número 26, 1149-096 Lisboa, nos termos e para os efeitos do artigo 38º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho, **CERTIFICA** que a fotocópia anexa, extraída neste escritório e composta por QUATRO folhas, está conforme com o original que lhe foi exibido e que devolveu ao apresentante, da Ata n.º 2, da reunião realizada em 28 de março de 2023, do Conselho de Gerência, da sociedade "Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda." NIPC 502.124.083, extraída do respetivo livro de Atas.

Mais **DECLARA** que todas as folhas têm aposto o selo branco deste escritório e estão por si numeradas e rubricadas.

Lisboa, 19 de maio de 2023

O Solicitador,

TIAGO ANTUNES

SOLICITADOR

Cont. 233 892 680 - Céd: 8812

Av. Infante D. Henrique, 26

1149-096 Lisboa

Telef. 217 231 800 - Fax: 217 231 899



Executado a: 2023-05-19 11:17
Registado a: 2023-05-19 11:17
N.º de registo: A/2584351
Selo de autenticação: 5961048

O presente registo pode ser verificado no sítio de internet <https://www.sisaac.osac.pt/roas2/consulta-documentos.jsp>, indicando o n.º de registo A/2584351 e a cédula 8812. Caso seja detetada alguma desconformidade não deixe de informar a OSAE para geral@osac.pt.



Custo do Serviço: € 16,80, acrescido do IVA à taxa de 23%, a faturar autonomamente pela Abreu & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL, com o NIPC 503.009.482.

Abreu & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

info@abreuadvogados.com

www.abreuadvogados.com

Lisboa | Porto

Em parceria: Angola | Brasil | Cabo Verde

China | Moçambique

Joint office: Madeira | Timor-Leste

Sede: Av. Infante D. Henrique, 26

1149-096 Lisboa - Portugal

Tel. +351 21 723 18 00

Fax. +351 21 723 18 99



A Abreu Advogados foi a primeira sociedade em Portugal a obter a certificação do sistema de gestão da qualidade. Os escritórios de Lisboa e Porto são certificados pela norma ISO 9001.

Ata n.º 2

No dia 28 do mês de março de 2023, pelas doze horas, na sua sede social sita na Avenida D. João II, Edifício Meridiano nº 30, Piso 3, freguesia do Parque das Nações, 1990-092, em Lisboa, reuniu a Gerência da sociedade "Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda", pessoa coletiva n.º 502 124 083, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de €4.000.000,00 (quatro milhões de euros), doravante denominada "Sociedade", com a presença dos dois gerentes da Sociedade, os Senhores Arrate Ibarretxe Larisgoitia e Rui Pedro de Lima Afonso.

A Gerência encontrava-se, pois, em condições de validamente reunir e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Deliberar sobre a delegação de poderes ao gerente Rui Pedro de Lima Afonso. Entrou-se de imediato no **Ponto Único** da ordem de trabalhos, tendo sido deliberado delegar poderes ao gerente Rui Pedro de Lima Afonso para, individualmente:

- a) Celebrar contratos de fornecimento de energia elétrica e gás e outros produtos e serviços de venda dessas energias e de acesso às respetivas redes, quer com pessoas coletivas e organismos públicos, quer com pessoas singulares, nas condições gerais estabelecidas pela Sociedade, podendo alterar essas condições gerais, sempre que julgar conveniente, em situações excepcionais, bem como as condições particulares de cada contrato.
- b) Formular e subscrever propostas de fornecimento de energia elétrica e gás e outros produtos e serviços, de venda dessas energias e de acesso às redes, participando em quaisquer concursos que sejam anunciados pelo Estado, departamentos, municípios, sociedades, entidades ou pessoas singulares públicas, apresentando propostas segundo o modelo que resulte do caderno de encargos, caso exista, e nos termos que entenda por convenientes; constituir as garantias provisórias necessárias à participação nos concursos e retirá-las oportunamente, assumindo em nome da Sociedade os valores, os efeitos públicos, os títulos ou bens em que sejam constituídos; completar os demais procedimentos exigidos no caderno de encargos para participação no concurso, em caso de empate entre as diversas propostas, intervir no processo de licitação, que for realizado, realizando essas licitações livremente; constituir, em caso de adjudicação, a fiança ou garantia definitiva; outorgar a escritura correspondente, na qual assumirá, em nome da Sociedade, o compromisso de cumprir todas as condições fixadas para o concurso e manter com a entidade a quem o fornecimento é efectuado todas as relações que decorram do contrato formalizado, incluindo, reivindicar, receber e cobrar as quantias que devem ser pagas à Sociedade.

c) Participar, em nome da Sociedade, em todos os tipos de assembleias gerais, assembleias, comissões ordinárias ou extraordinárias e, em geral, órgãos de qualquer tipo, de todos os tipos de associações, fundações, comitês, corporações, grupos (em particular, mas sem carácter limitativo, grupos de interesse económico), consórcios ou outras formas de associação empresarial, sociedades em nome individual em que a Sociedade tenha participação, ou entidades que estejam constituídas ou tenham sido constituídas anteriormente; podendo exercer livremente o direito de voto nas reuniões em que participar; e, em caso de dissolução, receber o crédito correspondente em nome da Sociedade, dentro dos limites das leis e estatutos da Sociedade.

d) Dentro do limite da lei e dos estatutos da Sociedade, reclamar, cobrar e receber quaisquer quantias, que devam ser pagas à Sociedade, em dinheiro ou em espécie, por particulares, instituições de crédito e outros, pelo Estado, regiões, municípios e, em geral, por qualquer outra entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira; conceder, reclamar e recuperar garantias prestadas a qualquer entidade pública ou privada, incluindo órgãos administrativos e judiciais; conceder e exigir recibos de pagamento, e fixar e liquidar saldos; determinar a forma de pagamento dos valores devidos à Sociedade, conceder prorrogações, fixar prazos e seu valor.

e) Dentro do limite da lei e dos estatutos da Sociedade, aceitar todos os tipos de garantias, pessoais e reais, dos devedores, com os acordos, cláusulas e condições que julgar convenientes, e cancelá-las uma vez extintas as obrigações garantidas; aceitar dos devedores cessões de bens móveis ou imóveis em pagamento das dívidas ou de parte delas e avaliar esses bens; exigir a entrega dos bens dos devedores de quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais que considere necessárias ou convenientes para a defesa dos direitos e interesses da Sociedade.

f) Representar a Sociedade perante terceiros e em todos os tipos de conselhos de administração, câmaras, comissões, associações, sociedades mútuas, conservatórias, delegações, escritórios e dependências da União Europeia, do Estado, regiões ou municípios e outros centros ou organizações administrativas, governamentais ou de qualquer natureza, em todos os graus e instâncias, nacionais e estrangeiras ou de organizações internacionais, incluindo entidades autónomas, entidades ou sociedades públicas, escritórios e agências comerciais de todo o tipo relacionadas com a exportação e importação e operações conexas; exercer os direitos e interesses que, conforme o caso, correspondam à Sociedade; levantar solicitações e instâncias; defender através de expedientes cabíveis, solicitando os dados, cópias ou documentos de seu interesse, formulando reclamações e interpondo recursos de

qualquer natureza pelas vias administrativas; contestar/responder a autos, reclamações e recursos em qualquer fase do processo em que se encontrem, executar ou fazer cumprir as deliberações finais, dentro dos limites das leis vigentes à época.

g) Elaborar e solicitar atas e requerimentos, notariais ou de qualquer outra natureza; solicitar certidões e cópias certificadas em que a Sociedade tenha interesse; bem como assinar a correspondência e recebê-la, inclusive a autenticada e a que contém os valores declarados, levantando-os dos escritórios correspondentes.

h) Representar a Sociedade e comparecer perante os tribunais de qualquer jurisdição e categoria, órgãos, autoridades estaduais (incluindo, mas não limitado a, órgãos e serviços competentes para mediação e conciliação em questões laborais), escritórios, tribunais, cartórios, pessoas e corporações, nacionais ou estrangeiras, e para todos os tipos de assuntos, de jurisdição voluntária ou contenciosa, criminal, administrativa, laboral e de qualquer outra natureza; intervir em todo tipo de atos de conciliação - com ou sem compromisso-; formular demandas de todo tipo ou continuá-las, prosseguindo-as por seus procedimentos e instâncias até que seja proferida sentença ou resolução definitiva; formular queixas e queixas criminais, interpor recursos de reintegração, reforma, recurso, cassação, revisão, tutela e outros que lhe correspondam, ordinários ou extraordinários, desistir e dissociar-se deles e de quaisquer outros procedimentos, pactuando ou transigindo nas respectivas matérias; firmar convenções de arbitragem em nome da Sociedade e atuar nos procedimentos da forma que corresponda à lei.

i) Assinar acordos de confidencialidade, acordos de intenção ou memorandos de entendimento com entidades públicas e privadas.

j) Representar a Sociedade em todos os tipos de processos de administração de insolvências, perícia, concordata ou liquidação em geral; acordos voluntários ou necessários ou judiciais, comprovando o património da Sociedade, assegurando a sua garantia e aceitando os prémios em pagamento, podendo conceder ou negar reduções e prorrogações; nomear, admitir e impugnar os administradores e peritos, e propor e impugnar as propostas constantes dos respetivos atos; transigir, acordar os prazos, desistências ou acordos e assiná-los, e acompanhar a matéria em todos os trâmites até ao cumprimento e execução das decisões finais, bem como designar um endereço para efeitos de notificações e apresentar expressamente ou tacitamente à jurisdição de sua escolha, nos casos permitidos por lei.

k) Solicitar, descarregar, instalar, renovar, suspender, revogar e utilizar qualquer um dos certificados de assinatura eletrónica emitidos pelas entidades ou por outros prestadores de serviços de certificação, incluindo os certificados que constam da Lei e quaisquer outros entre

os emitidos por prestadores de serviços de certificação eletrónica, incluindo, sem limitação, certificados para pessoas individuais, para representantes de pessoas jurídicas, para dispositivos móveis, para servidores, para componentes, para assinaturas de códigos, para sites, para selos eletrónicos para uso em atos administrativos automatizados e quaisquer outros certificados eletrónicos que vierem a ser criados de acordo com o desenvolvimento da tecnologia e utilizá-lo em todas as relações telemáticas que a Sociedade mantenha no exercício dos poderes contidos nesta delegação de poderes, podendo formalizar documentos públicos ou privados que forem necessários por solicitação, obtenção, renovação e revogação.

l) Assinar e receber todo e qualquer tipo de correspondência, recebendo os valores que nela estejam declarados.

m) Formalizar em escritura pública os atos e contratos que celebre no exercício das atribuições aqui conferidas, com as cláusulas que lhe são próprias e outras que em cada caso entenda convenientes.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas, tendo sido lavrada a respetiva ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.

Pri Pedro de Lima Afonso

